

A GÊNESE DA FORMAÇÃO DAS FALINTIL

CONTRIBUTOS PARA A EDIFICAÇÃO DO ESTADO

Luís Manuel Brás Bernardino

«[F]OI UMA GUERRA DE LIBERTAÇÃO, COM TODO UM MUNDO DE
SONHOS EM CONFLITO COM A REPRESSÃO, O SOFRIMENTO E A MORTE.

E FOI AQUELE MUNDO DE SONHOS QUE NÃO DEIXOU
QUE AS CONSCIÊNCIAS SOÇOBRASSEM, APESAR DOS SACRIFÍCIOS,
QUE SE ESTAVAM A EXIGIR A CADA UM E A TODOS...»¹

Xanana Gusmão, ex-Presidente da República de Timor-Leste
e ex-comandante das FALINTIL

INTRODUÇÃO

Este ensaio retrata o processo de formação das Forças Armadas timorenses durante o ano de 2001, e aborda os aspetos mais relevantes da passagem de umas forças de guerrilha (as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste – FALINTIL) para umas forças armadas, nacionais e apartidárias – as designadas FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)². Assente na nossa observação direta sobre este processo político, estratégico e militar que decorreu em Timor-Leste em 2000 e 2001, o ensaio procura fazer uma reflexão sobre os principais contributos dados pelas Forças Armadas para a edificação do Estado timorense. Um processo inédito em que as FDTL consumaram um dos contributos mais visíveis para a consolidação da reforma do setor da segurança (RSS) e da reforma do setor da defesa (RSD) do Estado timorense, assumindo «formalmente» a defesa da sua pátria segundo os parâmetros do Estado de direito no concerto do direito internacional.

RESUMO

Com este ensaio pretende-se analisar o processo de transformação que decorreu em 2001, entre Aileu e Metinaro, quando as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) deram origem às Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL). Na sequência do referendo em 1999, no contexto da missão das Nações Unidas (UNTAET), iniciou-se em 2001 a formação das FALINTIL-FDTL, constituindo um dos pilares centrais de edificação do Estado timorense. Esta estratégia materializou-se a 20 de maio de 2002, quando foi formalmente afirmada a independência de Timor-Leste, num tempo em que as Forças Armadas Timorenses já tinham assumido a sua função de garante da Constituição e elemento central do Estado de direito na persecução da segurança e do desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Timor-Leste, Forças de Defesa de Timor-Leste, FDTL, FALINTIL.

ABSTRACT

**THE ORIGINS OF FALINTIL –
CONTRIBUTES TO THE
BUILDING OF THE STATE**

This essay, told in the first person, aims to analyse the transformation process that took place in 2001,



between Aileu and Metinaro, when the National Liberation Armed Forces of Timor-Leste (FALINTIL) gave rise to the Defence Forces of Timor-Leste (FDTL). Following the 1999 referendum, in the context of the United Nations Mission (UNTAET), the formation of FALINTIL-FDTL began in 2001 and constituted one of the central pillars for the construction of the Timorese State. This strategy materialised on May 20, 2002, when the independence of East Timor was formally declared, at a time when the Timorese Armed Forces had already assumed their role as guarantors of the Constitution and central elements of the Rule of Law in the pursuit of security and development of the country.

Keywords: East-Timor, East Timor Defence Forces, FDTL, FALINTIL.

Neste contexto, centrado num modelo idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e operacionalizado inicialmente pela equipa de Sérgio Vieira de Mello, tendo Portugal assumido o processo de formação das FDTL como forma de honrar os guerrilheiros timorenses que morreram pela sua pátria. Assim, concebeu-se um modelo que permitiu, num curto intervalo de tempo e em condições muito complexas, «transformar» os guerrilheiros de uma vida em membros de umas novas forças armadas que iriam assumir o futuro de Timor-Leste³.

Neste contexto, este ensaio procura evidenciar os momentos mais decisivos e relevantes do processo de transformação e desenvolvimento inicial das FALINTIL em F-FDTL e, conseqüentemente, documentar a relevância para a promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento em Timor-Leste enquanto Estado independente⁴. Um processo inédito, pouco conhecido e raramente estudado, que «espantou o mundo» não só pela perseverança e

determinação dos seus intervenientes diretos (os guerrilheiros da FALINTIL), mas também pelo crescente envolvimento da comunidade internacional numa causa que constituiu, em nossa opinião, um dos principais desafios para a ONU desde a sua criação em 1945. Um desafio que se materializou no apoio formal à reconstrução de um Estado e, concretamente, no apoio à edificação de umas forças armadas a partir de um grupo de guerrilheiros que jurou continuar a servir a sua pátria de uma outra forma e por outros meios.

Deste modo, este ensaio pretende salientar uma fase crucial da história recente de Timor-Leste, na qual o povo timorense foi o principal protagonista, e partilhar, através de uma visão participada⁵, as etapas mais importantes, durante o ano de 2001, do início do processo de criação das FALINTIL-FDTL. Passados mais de vinte anos sobre um marco histórico sem precedentes e pouco estudado, queremos contribuir para se refletir sobre o início da criação das FDTL entre Aileu e Metinaro, e, obviamente, homenagear todos quantos participaram neste processo, especialmente os guerrilheiros timorenses e, muito em especial, aqueles que deram a sua vida pela independência de Timor-Leste e pela criação das FDTL⁶.

Um processo que surpreendeu o mundo e que viria a consumir a vontade de um povo, que expressou nas urnas o desejo de uma pátria, e que levou Portugal a projetar a sua influência diplomática e a empenhar o seu compromisso económico, político e militar em apoio desta causa. A génese de umas forças armadas que resultam de uma vontade popular e que honram todos quantos, nas FALINTIL, deram a vida por uma causa e que permitiram dar válidos e importantes contributos para a edificação do Estado timorense.

ANTECEDENTES

Um ano após a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, Portugal consagrou a independência às suas províncias ultramarinas em África e na Ásia. Neste contexto, a 28 de novembro de 1975, Timor-Leste proclama a sua independência em Díli, tendo Xavier do Amaral como o primeiro Presidente da República de Timor-Leste e Nicolau Lobato como o seu primeiro-ministro⁷. Com essa proclamação agudizou-se a guerra civil entre as forças políticas timorenses⁸ e a Indonésia, que decidiu invadir o território timorense com o pretexto de defender os cidadãos de etnicidade indonésia que aí residiam. Para combater esta invasão da Indonésia, a resistência timorense conseguiu operacionalizar a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e organizou um movimento de guerrilha que procurou manter vivo o desejo de Timor-Leste se constituir como um Estado independente, dando espaço para que o seu povo resistisse e sonhasse com o direito à sua terra-pátria.

Durante a ocupação do território timorense, a Indonésia, entre outras medidas restritivas e punitivas, proibiu o uso do português e desencorajou o uso de tétum (forçando a população a aprender a língua indonésia – o bahasa). A Indonésia desenvolveu ainda uma censura à imprensa, tendo fechado o país aos observadores internacionais e vedado o acesso de Timor-Leste à comunidade internacional. Após a morte de Suharto em 1998, as Nações Unidas, Portugal e a Indonésia concordaram na elaboração de um referendo popular para conseguir resolver o problema da independência de Timor-Leste⁹. A 30 de agosto de 1999, 78% do povo timorense votou no sentido da independência formal de Timor-Leste, o que viria a obrigar a Indonésia a aceitar o resultado do referendo e a desocupar o território timorense, testemunhando a comunidade internacional a vontade de um povo a ter direito a uma pátria.

No dia 18 de setembro de 1999, os primeiros contingentes de capacetes azuis da ONU chegam a Timor-Leste para auxiliar no processo da transição de poder e a construção do Estado democrático. Mais tarde, realizaram-se eleições para a Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição que viria a ser formalmente oficializada a 20 de maio de 2002, dia em que a soberania e a independência foram devolvidas a Timor-Leste.

Neste processo, no início do novo milénio, em meados de 2000, decorrente da reconstrução pós-conflito do Estado de Timor-Leste, os líderes político-militares timorenses e a ONU – por intermédio da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET na sigla inglesa) e com o apoio da comunidade internacional, em que se destacou o papel diplomático de Portugal¹⁰ – concordaram em criar as F-FDTL, tendo por base inicial de recrutamento as FALINTIL, criadas pela FRETILIN no âmbito do processo de autoafirmação no período pós-colonial¹¹.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS FALINTIL-FDTL (2001)

Em 1999 as lideranças político-militares timorenses concordaram em efetuar uma consulta ao povo timorense para que este se pudesse pronunciar sobre a autonomia

especial de Timor-Leste. Desta consulta popular resultou a rejeição da autonomia especial (opção em prol do *statu quo* ficando Timor-Leste ligado à Indonésia) em benefício da autodeterminação de Timor-Leste perante a ocupação indonésia. Seguiu-se um

DESTA CONSULTA POPULAR RESULTOU
A REJEIÇÃO DA AUTONOMIA ESPECIAL
EM BENEFÍCIO DA AUTODETERMINAÇÃO
DE TIMOR-LESTE PERANTE A OCUPAÇÃO
INDONÉSIA.

período de violência intensa (a mais intensa repressão depois da invasão Indonésia do território em 1975¹²) e a ONU, a 25 de outubro de 1999, atuando no respeito pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas, estabeleceu, através da Resolução do Conselho de Segurança N.º 1272/99 de 25 de

outubro de 1999, uma missão para administrar transitoriamente Timor-Leste, a United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), com o intuito de garantir a paz e conduzir à construção do Estado, tendo um papel central no processo de criação das FALINTIL-FDTL.

Na primeira conferência de países doadores para apoiar a reconstrução nacional e a criação das FDTL, realizada em Díli a 21 de novembro de 2000, uma das participações que Portugal ofereceu, e que foi aceite, foi a de tomar a seu cargo o processo de seleção dos militares para as novas forças armadas, bem como a disponibilização de fardamento e o assumir da responsabilidade pela instrução de base de infantaria a todos os oficiais e sargentos e ainda aos praças do que viria a constituir o 1.º Batalhão das FDTL.

Esta missão de formação viria a ser atribuída ao Exército português e mais concretamente à Escola Prática de Infantaria (EPI), sediada em Mafra.

Neste contexto, com base num estudo elaborado pelo King's College de Londres, intitulado «Independent Study on Security Force Options for East Timor» (2000)¹³, e numa proposta do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), a liderança político-militar timorense, com o apoio de Portugal e da ONU, envolvendo um conjunto de países da região (Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul), decidiu criar as FALINTIL-FDTL, atribuindo a missão de providenciar a defesa militar do seu território e do seu povo, bem como prestar assistência à comunidade civil.

Optando pela designada «3.ª Opção» do supracitado estudo do King's College, estabeleceram-se as futuras FDTL com base numa força de infantaria ligeira com 1500 homens (e ainda 1500 reservistas) composta por um comando conjunto, uma componente de forças regulares (constituída por dois batalhões de infantaria ligeira) e uma componente naval (viria a ser criada em Hera uma base naval, no que foi o embrião da criação da marinha de guerra timorense). Constituiu-se ainda um centro de instrução militar (construído pela Austrália em Metinaro), uma base logística e uma componente de forças de reserva, que constituiria o início do dispositivo militar e do sistema de forças nacional a implementar no território no âmbito da reforma do setor da defesa em Timor-Leste.

No processo de construção do Estado timorense, e após uma situação de pré-conflito, a RSS/RSD foi realizada em tempo oportuno, tendo em conta os fatores culturais, socio-políticos, económicos e de segurança, e viria a contar com ações coordenadas dos diferentes atores internacionais. Aspeto que permitiu que a consolidação da paz e o desenvolvimento da sociedade saíra de um conflito sangrento tenham ganhado as condições base para a edificação do Estado e a criação de umas forças armadas. As iniciativas que os líderes timorenses, com substancial ajuda externa (nomeadamente de Portugal, da Austrália, da Nova Zelândia, da Coreia do Sul, da Tailândia e dos Estados Unidos) aceitaram, permitiram criar as bases do levantamento das Forças Armadas Timorenses, tendo em vista a sua profissionalização, modernização e consolidação como instrumento e vetor principal de construção e consolidação do Estado timorense¹⁴. Os guerrilheiros das FALINTIL, acantonados desde meados de 1999 nas montanhas de Timor-Leste na mítica vila de Aileu, em virtude de um processo negocial complexo, viviam em condições precárias ao nível da sobrevivência. Por outro lado, estes guerrilheiros tinham a consciência de que a comunidade internacional não tinha previsto, cabalmente, a constituição de umas forças armadas, e que a necessidade efetiva das mesmas constituía um fator de atrição regional. Contudo, fazendo jus à sua história, os líderes timorenses, desde o início, manifestaram interesse em edificar umas F-FDTL que simbolizassem a luta e a unidade do seu povo, que defendessem a soberania nacional e retribuíssem os esforços de paz da comunidade internacional, contribuindo para a segurança e o desenvolvimento da nação timorense. Eram simultaneamente um instrumento essencial de afirmação da soberania do Estado – principalmente face aos países da vizinhança, nomeadamente a Indonésia e a Austrália, as quais inicialmente não apoiavam a criação de umas forças armadas – e fator de afirmação da construção do Estado timorense.

Neste contexto, e porque Portugal sempre deixou a opção da existência de umas forças armadas como garante do Estado em aberto, Timor-Leste reconheceu a relevância do papel militar¹⁵ e diplomático de Portugal, enquanto dinamizador e coordenador junto da comunidade internacional.

O apoio realizado por Portugal à causa timorense durante os anos de luta pela independência do país, bem como a disponibilidade de ajuda demonstrada na primeira conferência de doadores das F-FDTL realizada em finais de 2000, é demonstrativo do compromisso de Portugal no processo de formação das forças armadas e do Estado timorense. Por outro lado, os timorenses sempre mostraram uma preferência pela ajuda de Portugal e dos militares portugueses na construção das suas F-FDTL em detrimento de outros países, tais como a Austrália, a Coreia do Sul, a Tailândia ou a Nova Zelândia, que viriam também a estar diretamente envolvidos no processo inicial de formação das FDTL em 2001.

A relação histórica entre Timor-Leste e Portugal, a língua, a história e a religião comuns, bem como a posição geopolítica de Portugal, foram fatores determinantes nesta par-

ceria estratégica para a escolha de Portugal na edificação e desenvolvimento das forças armadas de Timor. Por outro lado, Portugal tinha o dever moral de contribuir com ajuda e cumprir com as suas obrigações seculares e assim reconciliar-se com o passado quando deixou Timor-Leste em 1974-1975¹⁶ à mercê da cobiça regional da Indonésia¹⁷. Deste modo, a relação de cooperação estratégica entre Portugal e Timor-Leste, a disponibilização de verbas, material e equipamento militar, bem como de pessoal especializado (essencialmente militares, mas também professores de português) para participar na seleção, formação de pessoal e organização da estrutura inicial das F-FDTL viriam a revelar-se cruciais para a edificação do Estado timorense.

Decorrente da primeira conferência internacional de doadores para apoiar a criação das F-FDTL, realizada em Díli, em finais de 2000, Portugal colaborou na seleção, no recrutamento, na formação e na organização da estrutura institucional do que viriam a ser as F-FDTL. Em termos de material destaca-se a doação de fardamento para um efetivo de 600 militares e ainda de duas lanchas de patrulhamento da classe «Albatroz» que se constituiriam como fundamentais para o estabelecimento das condições basilares da criação e operacionalização da Marinha timorense.

O processo de seleção e recrutamento liderado por Portugal, com a ida de uma equipa do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), teve por base 1700 elementos voluntários das FALINTIL, dos quais foram selecionados cerca de 650 para formar o 1.º Batalhão das F-FDTL, a componente naval, elementos de estado-maior e a unidade de formação militar a sediar em Metinaro.

Os elementos excluídos (ou considerados não aptos para iniciar um programa de treino militar) viriam a frequentar os programas de reintegração na vida civil patrocinados pelas Nações Unidas, aos quais foi atribuído um subsídio de reintegração de 200 dólares americanos e monitorizados pela UNTAET, num processo que viria mais tarde a revelar-se problemático para a edificação do Estado timorense.

DE AILEU ÀS FALINTIL-FDTL

A formação militar teve o seu início em meados de fevereiro de 2001, após a realização da cerimónia de extinção das FALINTIL, que decorreu em Aileu, nas montanhas de Timor-Leste (um local mítico para as FALINTIL), a 29 de janeiro de 2001. Este evento, em que estiveram presentes as mais altas individualidades timorenses e internacionais, constituiu o início de um marco histórico sem precedentes na história da ONU, com a «transformação» de um exército de resistência e de forças irregulares numa forças armadas convencionais e apartidárias.

O processo de formação das FDTL – sob supervisão de Portugal e com a participação de dez militares portugueses, em que a Escola Prática de Infantaria, como vimos, se constituiu como entidade tecnicamente responsável – envolveu inicialmente também militares da Austrália, da Nova Zelândia, da Coreia de Sul, e contou com o apoio logístico dos Estados Unidos, tendo decorrido em duas fases distintas.

Na primeira fase, em Aileu, onde estavam acantonados as FALINTIL, promoveu-se a formação inicial de quadros destinada a cerca de 250 guerrilheiros pré-selecionados para as categorias de oficiais e sargentos (destes viriam a reprovar na formação básica inicial dez militares, tendo sido integrados nas FDTL como praças). Na sua maioria eram comandantes históricos das FALINTIL e militares com muita experiência de combate (na guerrilha), aos quais era necessário ensinar um conjunto de princípios e regras organizativos, doutrinários e regulamentares de forma a funcionarem numa lógica diferente da experienciada no tempo da guerrilha. Era um grupo cuja média de idades rondava os 40 anos, tendo o mais velho 56 anos. Muitos apresentavam no corpo as marcas dos combates travados e das torturas sofridas. Viria assim a ser criado no início da formação militar um corpo de 66 oficiais e 124 sargentos que assumiriam, no futuro próximo, as funções de comando e chefia na estrutura das F-FDTL.

A sua graduação e nomeação para os cargos a desempenhar foi feita de acordo com a intenção do brigadeiro Taur Matan Ruak, como chefe de estado-maior-general das F-FDTL. Neste processo respeitou-se genericamente a hierarquia já existente nas FALINTIL, tendo em conta as capacidades e o aproveitamento demonstrado durante a formação, o fator idade e a condição de saúde para ingressar numa

PRESTIGIARAM-SE E PROTEGERAM-SE AQUELES
QUE DURANTE ANOS ASSUMIRAM A CONDUÇÃO
DA LUTA ARMADA CONTRA A OCUPAÇÃO
DO TERRITÓRIO TIMORENSE.

forças armadas que tinham outras exigências, diferentes das vividas e sentidas no tempo da guerrilha¹⁸. Um processo transformacional inclusivo que permitiu conjugar a experiência operacional com os conhecimentos adquiridos e demonstrados durante o processo de formação, premiando o sentido de abnegação pela defesa da sua pátria e legitimando a cadeia hierárquica das F-FDTL, alicerçada estruturalmente na cadeia hierárquica das FALINTIL. Ao mesmo tempo, prestigiaram-se e protegeram-se aqueles que durante anos assumiram a condução da luta armada contra a ocupação do território timorense. Desse modo, viram o seu esforço reconhecido com a atribuição de um papel social relevante para o desenvolvimento de umas forças armadas profissionais, contribuindo assim para a segurança e defesa do povo e do seu território e constituindo-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento, assumindo as funções inerentes à condição de Estado democrático¹⁹.

Neste contexto, a preocupação da liderança militar timorense não se alheou das suas responsabilidades e do seu relevante contributo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional e humano para os esforços de paz e segurança, bem como para a integração pacífica de Timor-Leste no sistema internacional de acordo com os princípios democráticos e no respeito pelos direitos humanos, como compromisso assumido desde o início do processo de formação do Estado timorense.

DE METINARO ÀS FALINTIL-FDTL

Numa segunda fase, em Metinaro (a cerca de 30 quilómetros de Díli), a equipa de instrutores portugueses foi assessorar a formação dos restantes 400 militares destinados à categoria de praças, tendo apoiado a criação das estruturas do Quartel-General e do Estado-Maior das F-FDTL em Díli, bem como as do centro de formação em Metinaro, o embrião da componente naval na base em Hera (já então com a integração de cinco militares da Marinha portuguesa, que passaram, desde esse momento, a integrar a equipa de formação e a ocupar-se da componente naval), ou seja, a estrutura base daquilo que viriam a ser as F-FDTL. A componente naval foi edificada com 60 dos 600 militares (cerca de 10%) que seriam o embrião daquela componente das FDTL, comandada pelo major Reinaldo.

Como parte da formação militar, foram também ministradas, desde o início, aulas de português, por professores de língua portuguesa indicados pelo Ministério da Educação de Portugal, em ligação com a Embaixada de Portugal em Díli, de modo a consolidar conhecimentos numa das línguas oficiais de Timor-Leste e relevante para a afirmação da identidade das próprias F-FDTL... pois a «língua da resistência» passava a ser a principal «língua de trabalho» na formação das Forças Armadas. Este aspeto teve também um impacto significativo na edificação do Estado, pois a língua portuguesa passou a ser uma das três línguas oficiais de Timor-Leste (tétum, inglês e português), contribuindo para a consolidação e edificação do Estado.

A formação militar foi sendo adaptada às características e necessidades locais com vista à capacitação institucional, progresso e aperfeiçoamento da condição técnica e militar, assegurando o respeito pelos princípios democráticos e pelas tradições e hierarquias herdadas das FALINTIL. Um trabalho de capital importância na consciencialização dos elementos que, a partir desse momento, faziam parte das forças armadas de um Estado emergente no sistema internacional, cientes das suas responsabilidades, do seu papel numa sociedade democrática e do seu compromisso com o Estado de direito e no respeito

A MISSÃO DA PRIMEIRA EQUIPA DE FORMAÇÃO PORTUGUESA EM SOLO TIMORENSE VIRIA A TERMINAR A 6 DE DEZEMBRO DE 2001, O QUE SIMBOLIZAVA O FINAL DA INSTRUÇÃO MILITAR.

pelos direitos humanos, aspeto que enforma a criação e edificação do Estado e que está refletido na Constituição de Timor-Leste.

A missão da primeira equipa de formação portuguesa em solo timorense viria a terminar a 6 de dezembro de 2001 (quase um

ano depois da sua chegada), o que simbolizava o final da instrução militar, com a presença em parada, pela primeira vez, com o estandarte do 1.º Batalhão das F-FDTL e desfile das tropas no aquartelamento de Metinaro perante as mais altas individualidades timorenses e a administração das NU, a 1 de dezembro de 2001²⁰.

Nessa cerimónia, o comando das F-FDTL viria a distinguir cada elemento da equipa de formação com o honroso título de «Membro Honorário das FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste»²¹. Para os militares portugueses, para as Forças Armadas e para a

relação entre Portugal e Timor-Leste esta distinção simbolizava muito mais do que se possa imaginar, simbolizava o agradecimento pelo empenho de Portugal no processo de edificação do Estado em Timor-Leste.

Em fevereiro de 2002, Portugal envia em missão de formação para Timor-Leste outra equipa de formadores para efetuar o processo de recrutamento e ministrar formação aos novos elementos que iriam constituir o 2.º Batalhão das F-FDTL. A 11 de maio de 2002, Timor-Leste é reconhecido internacionalmente como um país independente e passados nove dias Portugal e Timor-Leste viriam a assinar o primeiro acordo de cooperação técnico-militar.

Uma data histórica para ambos os países. Timor-Leste veria assim reconhecido o esforço das FALINTIL, que durante cerca de vinte e quatro anos conduziram uma luta armada contra a ocupação indonésia, e Portugal viu, a propósito da questão de Timor-Leste, reconhecido o seu esforço diplomático junto da comunidade internacional, o que permitiu um certo encontro com o passado que nos projeta no presente e no futuro como parceiros estratégicos na edificação e apoio à consolidação do Estado democrático.

AS FALINTIL-FDTL E O CONTRIBUTO PARA A EDIFICAÇÃO DO ESTADO TIMORENSE

As F-FDTL passaram a ser uma instituição estatal organizada, com capacidade para contribuir para a segurança do país, e garante da soberania nacional, guarnecendo postos de controlo e executando patrulhas na fronteira com a Indonésia.

Projetaram, mais tarde, a imagem externa do Estado de Timor-Leste, com a participação de militares num contingente português numa missão no Líbano no âmbito das Nações Unidas. As FDTL participam na segurança interna, de acordo com a legislação timorense, coordenadas com a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), com destaque para o processo eleitoral de 2012 e os vários incidentes de ordem interna ocorridos e para onde foram chamadas a intervir. As FDTL conduzem atualmente ações de formação e treino operacional e participam igualmente em exercício de treino operacional em ambiente multinacional, dando mostras de um amadurecimento e capacidade de se constituir como um instrumento de política externa do Estado.

Um caso de sucesso que merece ser destacado, em que as forças de guerrilha, ao apostarem na sua transformação em forças convencionais, se converteram numa forças armadas profissionais, operacionais, credíveis e capazes de colaborar na defesa do povo e do território timorenses, subordinadas às instituições democráticas daquele Estado, num espírito de isenção política e segundo os princípios da legislação timorense.

A credibilidade ganha pelos elementos das FALINTIL no seio da sociedade civil timorense durante o período da luta armada, bem como a sua preferência pela ajuda dos militares portugueses, são porventura dois dos ingredientes de sucesso deste processo, em conjugação ainda com a vontade política e militar portuguesa na assistência a Timor-Leste. Parece-nos evidente que ainda existe um longo caminho a percorrer para a autonomia

operacional completa das F-FDTL. Contudo, os progressos observados na capacitação humana e institucional são indicativos do esforço timorense na profissionalização das suas Forças Armadas dentro de um programa próprio de RSS/RSD e do apoio incondicional de Portugal no domínio da defesa e na transformação de um exército irregular numas forças armadas convencionais e subordinadas aos órgãos de soberania democráticos e legítimos. Um as forças armadas capazes de contribuir para o desenvolvimento nacional e para os esforços de paz e segurança nacionais, regionais e internacionais, bem como para a plena integração de Timor-Leste no sistema internacional.

A cooperação técnico-militar e a assessoria técnica à formação das forças armadas e, mais tarde, à edificação da componente de defesa nacional em Timor-Leste, viriam a continuar e a consolidar-se, estabelecendo-se um acordo bilateral após 2001, quando Timor-Leste passou a ter o estatuto de Estado e a poder celebrar acordos internacionais. As Forças Armadas Portuguesas e Portugal estiveram, em 2001, na origem das FALINTIL-FDTL, e estão, atualmente, muito presentes na edificação da componente militar operacional e de defesa nacional, contribuindo, decisivamente, para a edificação e sustentação do Estado timorense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento histórico que juntou em 2001, entre Aileu e Metinaro, os militares portugueses e os guerrilheiros timorenses na formação de umas forças armadas capazes de representarem um Estado de direito, constituiu um dos aspetos mais simbólicos e importantes da edificação de Timor-Leste como Estado de direito.

A forma como o processo de criação e operacionalização das FALINTIL-FDTL foi liderado por Portugal, apoiado pela comunidade internacional e levado a efeito pelos timorenses, constituiu um exemplo de cometimento e de luta pelo direito de um povo a ter uma nação. Uma missão desafiante e muito significativa, que permitiu a conclusão com sucesso de um processo que espantou o mundo e que contribuiu para projetar Portugal e as Forças Armadas Portuguesas no contexto de segurança e defesa internacional, evidenciando a capacidade das FALINTIL-FDTL em contribuir como instrumento de segurança e desenvolvimento para a edificação do Estado timorense e como fator essencial na conquista da independência e na consolidação da sua soberania. ^{Rel}

Data de receção: 3 de maio de 2022 | Data de aprovação: 14 de junho de 2022

Luís Manuel Brás Bernardino Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Professor no Instituto Universitário Militar em Lisboa. Coronel de Infantaria do Exército português habilitado com o Curso de Estado-Maior. Mestre em

Estratégia e doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

> CEI, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal | bernardino.lmb@ium.pt

- 1** GUSMÃO, Kay Rala Xanana – *A Construção da Nação Timorese. Desafios e Oportunidades*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda., 2004, pp. 81-82.
- 2** As Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) foram criadas, em 1 de fevereiro de 2001, com a incorporação da totalidade da estrutura militar das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), as quais foram, posteriormente, extintas.
- 3** Sobre este assunto veja-se ACADEMIA MILITAR – *Timor-Leste: Contributo de Portugal para a Construção do Estado*. Editorial. Lisboa: Academia Militar, 2012; AZEVEDO, Gonçalo J. S.; CALMEIRO, Luís M. A. – *O Exército Português em Timor-Leste*. Lisboa: Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, 2004, pp. 10-13; BERNARDINO, Luís M. Brás; MENDES, Nuno Canas – *Timor-Leste – Da Guerrilha às Forças de Defesa*. Lisboa: Editora Mercado de Letras, 2018.
- 4** Sobre este tema salientam-se os trabalhos de GOMES, José J. – «Timor-Leste: o referendo e os resultados das eleições de 1999». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de janeiro de 2022. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_10.html, e FREIRE, Maria Raquel – «Consolidação da paz em Timor-Leste: um modelo híbrido – entre a formalidade e a informalidade». In *Globo*. 2012. Consultado em: 1 de dezembro de 2021. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/GLOBO_MRFreire_.pdf.
- 5** O autor participou, entre 26 de janeiro e 6 de dezembro de 2001, como capitão de infantaria, na primeira equipa de instrutores das Forças Armadas Portuguesas no Projeto de Formação das Forças de Defesa de Timor-Leste.
- 6** Sobre a criação das FDTL recomenda-se GUSMÃO, Kay Rala Xanana – *A Construção da Nação Timorese...*, pp. 81-82, e HUGHES, Caroline – «We just take what they offer: community empowerment in post-war Timor-Leste». In NEWMAN, Edward, et al. – *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. United Nations University Press, 2009.
- 7** Sobre o processo político interno em Timor-Leste recomenda-se FEIJÓ, Rui Graça – «Os bastidores da Lei de Descolonização de Timor. Interação entre Portugal e os movimentos nacionalistas timorenses». In *Ler História*. N.º 80, 2022. Dossiê «A Autodeterminação de Timor-Leste». Consultado em: 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10120>.
- 8** Sobre este assunto veja-se GALVÃO TELES, P. – «Autodeterminação em Timor-Leste: dos Acordos de Nova York à consulta popular de 30 de agosto de 1999». In *Documentação & Direito Comparado*. N.º 79/80, 1999, pp. 379-454; GOMES, José J. – «Timor-Leste...»; MENDES, Pedro Emanuel – «Os choques percecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975)». In *Revista Brasileira de História*. Vol. 42, N.º 87, julho de 2021, pp. 255-279. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-13>.
- 9** Sobre este assunto veja-se MARTIN, Ian – «A consulta popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. Primeiras reflexões». In *Política Internacional*. Vol. 3, N.º 21, 2000, pp. 17-28; MONTEIRO, António – «O Conselho de Segurança e a libertação de Timor-Leste». In *Negócios Estrangeiros*. N.º 1, 2001, pp. 5-39. Para uma visão abrangente sobre os múltiplos processos de mudança que levaram a Indonésia a aceitar o referendo veja-se MENDES, Pedro Emanuel – *O Poder e as Ideias na Política Externa do Portugal Democrático: O Caso de Timor* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de doutoramento em Relações Internacionais). Para uma visão mais específica do papel dos movimentos solidários transnacionais veja-se PUREZA, José Manuel – «Quem salvou Timor-Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário». In *Oficina do CES*. N.º 164, outubro de 2001. Consultado em: 3 de novembro de 2021. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>.
- 10** Sobre este assunto veja-se, por exemplo, GALVÃO TELES, P. – «Autodeterminação em Timor-Leste...»; GOMES, José J. – «Timor-Leste...»; MENDES, Pedro Emanuel – «O problema de Timor na infância democrática de Portugal: uma questão não prioritária (1976-1985)». In *Ler História*. N.º 80, 2022, pp. 41-63. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10184>.
- 11** Recomenda-se sobre esta temática MENDES, Pedro Emanuel – «O problema de Timor na infância democrática de Portugal...».
- 12** A alteração do regime em Portugal, em 1974, abriu o caminho à autodeterminação, à formação de partidos e à contenda entre a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), perante a incapacidade das autoridades portuguesas, de que resultou um período de grande instabilidade interna. A Indonésia, preocupada com a ordem regional e interna, decidiu, com a anuência dos Estados Unidos, ocupar Timor-Leste em 1975, dando início a um período de ocupação que durou até 2000. PIRES, Mário Lemos – «Questões de defesa e segurança no futuro país». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de novembro de 2021. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_16.html.
- 13** Para análise mais detalhada de todo o processo recomenda-se a leitura do supra-citado estudo em «INDEPENDENT STUDY on Security Force Options and Security Sector Reform for East Timor». King's College (University of London). Londres: Centre for Defence Studies Editor, 2000, 82 páginas; REES, Edward – «Under pressure: FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste, three decades of defence force development in Timor Leste 1975-2004». Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, Working Paper – No. 139. Genebra, 2004. Consultado em: 30 de novembro de 2021. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/165069051/Under-Pressure-FALINTIL-Forcas-de-Defesa-de-Timor-Leste>.
- 14** Veja-se SANTOS, Cláudia M. – «25 anos de luta pela independência». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de novembro de 2021. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_20.html; «ON THE ESTABLISHMENT of a Defence Force for East Timor». United Nations. 2001. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetr/reg20011.htm>, e «ON THE ESTABLISHMENT of a Defence Force for East Timor». United Nations. 2001. Consultado em: 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetr/Reg9e.pdf>.
- 15** Sobre a intervenção militar de Portugal em Timor-Leste recomenda-se BRAZ, Carlos Morgado – «A manutenção da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU e a contribuição militar portuguesa em Timor-Leste». 2013. Consultado em: 1 de dezembro de 2021. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24652/1/A%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20da%20paz%20e%20a%20sua%20sustentabilidade%20-%20As%20miss%C3%B5es%20da%20ONU%20e%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20militar%20portuguesa%20em%20Timor%20Leste_Carlo-1.pdf, e BRAZ, Carlos Morgado – «Portuguese military participation in peacekeeping and the informal dynamics of peace reconstruction in Timor-Leste». 2015. Consultado em: 1 de março de 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300566971_Portuguese_military_participation_in_peacekeeping_and_the_informal_dynamics_of_peace_reconstruction_in_Timor-Leste.
- 16** Sobre esta temática recomenda-se: MENDES, Pedro Emanuel – «Os choques percecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975)»; MENDES, Pedro Emanuel – «O problema de Timor na infância democrática de Portugal...».
- 17** Sobre esta relação com a Indonésia recomenda-se GUSMÃO, Kay Rala Xanana – *A Construção da Nação Timorese...*, e HUGHES, Caroline – «We just take what they offer...».
- 18** Para aprofundar o tema recomenda-se LUDOVIC, Hood – «Security Sector Reform in East Timor, 1999-2004». In *International Peacekeeping*. Vol. 13, N.º 1, 2006, pp. 60-77.
- 19** Veja-se PUREZA, José Manuel – «Quem salvou Timor-Leste?...».
- 20** Veja-se, em complemento, MENDES, Nuno Canas; SARAMAGO, André – *Dimensions of State-Building: Timor-Leste in Focus*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011, pp. 35-39.
- 21** BERNARDINO, Luís M. Brás; MENDES, Nuno Canas – *Timor-Leste...*

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA MILITAR – *Timor-Leste: Contributo de Portugal para a Construção do Estado*. Editorial. Lisboa: Academia Militar, 2012.

AZEVEDO, Gonçalo J. S.; CALMEIRO, Luís M. A. – *O Exército Português em Timor-Leste*. Lisboa: Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército, 2004, pp. 10-13.

BERNARDINO, Luís M. Brás; MENDES, Nuno Canas – *Timor-Leste – Da Guerrilha às Forças de Defesa*. Lisboa: Editora Mercado de Letras, 2018.

BRAZ, Carlos Morgado – «A manutenção da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU e a contribuição militar portuguesa em Timor-Leste». 2013. Consultado em: 1 de dezembro de 2021. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24652/1/A%20manuten%C3%A7%C3%A3o%20da%20paz%20e%20as%20suas%20sustentabilidade%20-%20As%20miss%C3%B5es%20da%20ONU%20e%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20militar%20portuguesa%20em%20Timor%20Leste_Carlo-1.pdf.

BRAZ, Carlos Morgado – «Portuguese military participation in peacekeeping and the informal dynamics of peace reconstruction in Timor-Leste». 2015. Consultado em: 1 de março de 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300566971_Portuguese_military_participation_in_peacekeeping_and_the_informal_dynamics_of_peace_reconstruction_in_Timor-Leste.

FEIJÓ, Rui Graça – «Os bastidores da Lei de Descolonização de Timor. Interação entre Portugal e os movimentos nacionalistas timorenses». In *Ler História*. N.º 80, 2022. Dossiê «A Autodeterminação de Timor-Leste». Consultado em: 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10120>.

FREIRE, Maria Raquel – «Consolidação da paz em Timor-Leste: um modelo híbrido – entre a formalidade e a informalidade». In *Globo*. 2012. Consultado em: 1 de dezembro de 2021. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/GLOBO_MRFreire.pdf.

GALVÃO TELES, P. – «Autodeterminação em Timor-Leste: dos Acordos de Nova York à consulta popular de 30 de agosto de 1999». In *Documentação & Direito Comparado*. N.º 79/80, 1999, pp. 379-454.

GOMES, José J. – «Timor-Leste: o referendo e os resultados das eleições de 1999». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de janeiro de 2022. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_10.html.

GUSMÃO, Kay Rala Xanana – *A Construção da Nação Timorese. Desafios e Oportunidades*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda., 2004, pp. 81-82.

HUGHES, Caroline – «We just take what they offer: community empowerment in post-war Timor-Leste». In NEWMAN, Edward, et al. – *New Perspectives on Liberal Peacebuilding*. United Nations University Press, 2009.

«INDEPENDENT STUDY on Security Force Options and Security Sector Reform for East Timor». King's College (University of London). Londres: Centre for Defence Studies Editor, 2000, 82 páginas.

LUDOVIC, Hood – «Security Sector Reform in East Timor, 1999-2004». In *International Peacekeeping*. Vol. 13, N.º 1, 2006, pp. 60-77.

MARTIN, Ian – «A consulta popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. Primeiras reflexões». In *Política Internacional*. Vol. 3, N.º 21, 2000, pp. 17-28.

MENDES, Pedro Emanuel – *O Poder e as Ideias na Política Externa do Portugal Democrático: O Caso de Timor*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. Tese de doutoramento em Relações Internacionais.

MENDES, Pedro Emanuel – «Os choques perçecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975)». In *Revista Brasileira de História*. Vol. 42, N.º 87, julho de 2021, pp. 255-279. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-13>.

MENDES, Pedro Emanuel – «O problema de

Timor na infância democrática de Portugal: uma questão não prioritária (1976-1985)». In *Ler História*. N.º 80, 2022, pp. 41-63. Dossiê «A Autodeterminação de Timor-Leste». Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10184>.

MENDES, Nuno Canas; SARAMAGO, André – *Dimensions of State-Building: Timor-Leste in Focus*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011, pp. 35-39.

MONTEIRO, António – «O Conselho de Segurança e a libertação de Timor-Leste». In *Negócios Estrangeiros*. N.º 1, 2001, pp. 5-39.

«ON THE ESTABLISHMENT of a Defence Force for East Timor». United Nations. 2001. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetR/reg20011.htm>.

«ON THE ESTABLISHMENT of a Defence Force for East Timor». United Nations. 2001. Consultado em: 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetR/Reg9e.pdf>.

PIRES, Mário Lemos – «Questões de defesa e segurança no futuro país». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de novembro de 2021. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_16.html.

PUREZA, José Manuel – «Quem salvou Timor-Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário». In *Oficina do CES*. N.º 164, outubro de 2001. Consultado em: 3 de novembro de 2021. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>.

REES, Edward – «Under pressure: FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste, three decades of defence force development in Timor Leste 1975-2004». Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, Working Paper – No. 139. Genebra. 2004. Consultado em: 30 de novembro de 2021. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/165069051/Under-Pressure-FALINTIL-Forcas-de-Defesa-de-Timor-Leste>.

SANTOS, Cláudia M. – «25 anos de luta pela independência». In *Janus*. 2002. Consultado em: 10 de novembro de 2021. Disponível em: http://janusonline.pt/2002/2002_2_20.html.